

Classe média passa da metade da população

(Não Assinado)

6/8/2008

A classe média já representa mais da metade da população nas seis principais regiões metropolitanas do País. Com renda maior e comprando mais, as famílias que agora ocupam esta faixa foram as grandes beneficiadas pela estabilidade macroeconômica e pelo aumento do emprego com carteira assinada. É o que revela o levantamento A Nova Classe Média, divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo a pesquisa, hoje há maior probabilidade de ascensão da classe média às camadas mais altas do que há seis anos.

Desde 2002, a participação da classe média na população economicamente ativa aumentou de 44,19% para 51,89% nas seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que formam a base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento da FGV, a classe C é classificada como classe média, com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00. O economista Marcelo Nery, um dos coordenadores da pesquisa, usou dados da PME para traçar um retrato da atual classe média e sua evolução nos últimos seis anos. Ele aponta como um dos principais fatores que contribuíram para inflar esta faixa de renda a expansão nos empregos com carteira assinada. "A carteira assinada é o grande símbolo da classe média", sentencia.

O fenômeno é dissociado dos efeitos de programas assistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo. "Na verdade, a nova classe média é aquele segmento do meio, que cresceu muito nos últimos anos: o grupo emergente que cresceu a partir do próprio trabalho", afirmou.

Esse aumento no número de pessoas empregadas pode ter influenciado uma redução nos índices de pobreza e de miséria, nos últimos seis anos, também revelada pela pesquisa. "Na verdade, o levantamento apresentou um cenário positivo também no combate à desigualdade", afirmou o economista.

Os dados da análise mostraram o desenvolvimento do Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O valor do índice varia de 0 a 1, sendo que 0 significa que não há desigualdade e 1 representa um cenário onde a desigualdade é máxima, ou seja, apenas um pequeno grupo detém toda a renda da sociedade. De abril de 2002 para abril deste ano, o Índice de Gini passou de 0,62 para 0,58.

O economista comentou que a participação das famílias na faixa da miséria, com renda próxima de zero, no total da população pesquisada caiu de 34,93% para 25,16%, nos últimos seis anos. "Estamos com uma boa safra de indicadores sociais nunca vista antes", disse.

Nery comentou que um dos pontos fracos apontados pelo levantamento foi a ausência de mão-de-obra qualificada para cargos com maiores salários. "Antes tínhamos uma crise de desemprego; hoje temos um apagão de mão-de-obra", disse. A pesquisa revelou ainda que a renda média domiciliar total da população pesquisada para o levantamento saltou de R\$ 1.784,08 para R\$ 1.956,90 de abril de 2002 para abril deste ano - um aumento de 9,6%.

Nos últimos seis anos, a participação das classes A e B (famílias com renda superior a R\$ 4.591,00 mensais) também aumentou nas seis regiões metropolitanas, passando de 11,61% para 15,52%. Já a participação das famílias de classe mais baixa, que ganham menos de R\$ 1.064,00 por mês, caiu de 46,13% para 32,59% da população.

Segundo o Ipea, 3 milhões deixarão a pobreza até o fim de 2008

Entre 2002 e o final de 2008, 3 milhões de brasileiros que moram nas seis principais regiões metropolitanas do País - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife - terão saído da pobreza. É o que aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão do governo federal. A taxa de pobreza nessas seis capitais do País - onde vive um quarto da população brasileira e são produzidos dois quintos do Produto Interno Bruto (PIB) - cairá de 32,9% para 24,1%.

Esse contingente populacional passou a integrar o grupo que o presidente do Ipea, Márcio Pochmann, chamou de classe média emergente. Esse novo segmento da população se expandiu com o crescimento econômico dos últimos anos, que permitiu o aumento do emprego e da renda. Em 2003, ano seguinte à crise econômica, o número de pobres era maior do que em 2002.

A pesquisa do Ipea também apontou um crescimento do número de novos ricos. Esse grupo aumentou 28,1 mil entre 2002 e 2008. Em 2002, as pessoas consideradas ricas nas seis regiões correspondiam a 448,5 mil. Agora, em 2008, somarão 476,6 mil. Apesar disso, a participação de ricos no total da população nessas seis regiões metropolitanas permaneceu estável, em 1%.

O Ipea classificou como pobres as pessoas que têm renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50). Ricas são aquelas pertencentes a famílias com renda igual ou maior do que 40 salários mínimos (R\$ 16,6 mil). Segundo Pochmann, a pobreza está caindo nessas seis regiões por conta do crescimento da economia, do aumento do salário mínimo, dos programas sociais de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família, e dos incentivos à agricultura familiar.

A maior queda na pobreza foi observada na região metropolitana de Belo Horizonte, onde o número de pobres cairá de 38,3% da população em 2002 para 23,1% da população até o final de 2008. Por outro lado, Recife e Salvador

apresentaram as maiores taxas de pobreza: 43,1% e 37,4%.